

Negociação mais rápida com clube

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — Os países membros do Clube de Paris estão dispostos a reabrir negociações com o Brasil na perspectiva de conclusão de um acordo de reescalonamento de sua dívida pública ou garantida pelos governos. Tudo indica que as duas razões básicas que provocaram a ruptura dos entendimentos e bloqueavam o andamento das negociações foram afastadas. Trata-se do não-cumprimento pelo governo brasileiro de duas cláusulas que constavam do acordo de curto prazo, firmado em janeiro último entre o Clube de Paris e os representantes de Brasília, um reescalonamento envolvendo vencimento dos seis primeiros meses do ano: 1) indicação clara de que as negociações com os bancos privados estavam em fase final; 2) julgamento positivo da evolução da economia brasileira pelo FMI, o tão falado "sinal verde", do Fundo. Ao que tudo indica, agora, essas duas exigências foram preenchidas, através do acordo provisório com os bancos e reinício do diálogo com o FMI, inclusive com o Brasil aceitando um plano de ajustamento econômico interno, através do pacote fiscal que deverá ser decretado nas próximas horas, o que poderá contribuir para acelerar as negociações. Algumas áreas financeiras européias, em Paris, não escondiam uma certa curiosidade em relação à reunião de ontem em Brasília, entre o presidente José Sarney e o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, quando os dois deveriam definir

o alcance das medidas fiscais que serão adotadas.

Em janeiro último, quando o Clube de Paris admitiu o reescalonamento de parte da dívida relativa aos primeiros seis meses de 1987, esse acordo foi condicionado, segundo um alto funcionário dessa instituição, a um julgamento positivo do FMI sobre a evolução da economia brasileira e, em segundo lugar, a uma indicação clara de que as negociações com os bancos privados estavam encerradas ou em fase final de concretização.

Como isso não havia ocorrido até meados de setembro, o Clube de Paris, em telex do dia 25 de setembro de 1987 e dirigido às autoridades do Banco Central do Brasil, rompeu o acordo anterior, lembrando que as duas cláusulas não haviam sido cumpridas. Diante disso, a moratória já decretada para o período posterior ao primeiro semestre de 1987 foi aplicada também para o período anterior, pois o Brasil até agora não pagou nada ao Clube de Paris. Isso explica, por outro lado, a ausência de cumprimento, mas por parte do Clube de outra cláusula do acordo, segundo a qual os países membros não mais se oporiam à concessão de créditos de exportação ao Brasil. Até a ampliação da moratória para a área do Clube de Paris, o Brasil também não havia recebido dos países que integram o Clube sequer um dólar de crédito de exportação.

Agora, após o acordo provisório firmado com os bancos privados, uma das condições estabelecidas pelo Clube de Paris já foi preenchida,

enquanto o Brasil caminha para a segunda, isto é, o estabelecimento de um entendimento com o FMI. Dessa forma, dirigentes do Clube voltam a admitir a validade do acordo anterior que se encontrava, de certa forma, na "geladeira". Ao mesmo tempo, os países credores do Clube de Paris também anunciam que estão prontos a iniciar negociações para um novo reescalonamento, mas lembrem que, agora, isso vai depender, em última análise, da formalização de um acordo clássico com o Fundo Monetário e não apenas de uma manifestação positiva da instituição em relação à evolução da economia brasileira, como o último. Já naquela ocasião, a secretária do Clube admitia ter aberto uma exceção para o Brasil, mas advertia os demais países que não cederia em outros casos, inclusive para o próprio Brasil. Essa teria sido a primeira e última vez que o Clube de Paris aceitava uma negociação, mesmo de curto prazo (seis meses), sem a conclusão de um acordo formal com o FMI.

Ora, para que esse acordo se concretize, na área do FMI, é também fundamental um programa de ajustamento interno que está sendo decidido pelo presidente Sarney e ministro Bresser o tão falado pacote tributário do qual constam importantes medidas fiscais. Esse pacote permitirá medir a disposição do governo brasileiro em aplicar um rigoroso programa econômico interno, tão a gosto do FMI, e deverá desbloquear as negociações não só com o fundo e o Clube mas, inclusive, a negociação global com os bancos comerciais.